Prefácio

Jaime Gama

As relações entre Portugal e os Estados Unidos, embora constituindo um marco de referência no leque diversificado da nossa política externa, não têm dado lugar a um estudo sistemático com a profundidade que, em princípio, mereceria matéria de tão reconhecida importância.

O Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, ao promover o diagnóstico metódico do relacionamento bilateral entre o nosso país e os Estados Unidos, socorrendo-se de especialistas nas áreas da história diplomática, da segurança internacional e da cooperação económica, inicia uma actividade pioneira cuja falta, de há muito, se fazia notoriamente sentir. O mérito da pesquisa produzida por institutos não oficiais, em complemento criador da acção institucional do Estado, tem assim confirmação inequívoca, em matérias como as que dizem respeito ao acompanhamento minucioso e independente de um dos mais relevantes capítulos da nossa articulação internacional, nestes estudos exaustivos do Embaixador José Calvet de Magalhães, Álvaro Vasconcelos e Joaquim Ramos Silva.

Uma nova matriz estruturante condiciona e ordena, no presente, as relações luso-americanas. Com efeito, os Estados Unidos reequacionam a sua estratégia global, em especial num período em que cessou a confrontação estratégica bipolar devido ao desmoronamento do império soviético. O comportamento internacional dos Estados Unidos passa agora por outra hierarquia de prioridades em que assume especial relevo a função *competição-cooperação* com os países da Europa ocidental e com o Japão. O relacionamento com a CEI e a gestão de vários conflitos regionais não são alheios, na diplomacia norte-americana, a esse tipo de enquadramento.

Ao aderir às Comunidades Europeias, bem como ao Conselho da Europa e à União Europeia Ocidental, Portugal redefiniu as bases gerais dos seus termos de referência aos Estados Unidos. De certa forma, integrou-se num projecto amplo de auto-afirmação que, obstinadamente, visa a concretização de um mercado único, de uma união económica e monetária, de uma política externa e de segurança comum, de um espaço sócio-cultural, porventura de uma confederação política europeia. Portugal assumiu-se claramente como factor de identidade, autodeterminação e unidade da Europa. Esse dado tem vindo a ditar uma redefinição progressiva de objectivos e de práticas no diálogo diplomático entre Lisboa e Washington, não só no plano meramente comercial.

Discute-se, por vezes, a alternativa dicotómica para a grande orientação da nossa política externa: opção europeia versus opção atlântica. É um esquema caricatural, aliás sem fundamento geopolítico. Portugal foi historicamente tão ameaçado nos seus interesses pela sucessão das potências continentais como pela das potências marítimas. Não tem, também, o menor fundamento reclamar para os portugueses, na orla europeia ou mesmo no contexto peninsular, o monopólio da «*maritimidade*». Afigura-se, por isso, mais adequado utilizar o conceito de *euro-atlanticidade* para definir a específica função portuguesa no enquadramento internacional. *Enraizamento* europeu e *posicionamento* atlântico, mas não exclusivamente norte-atlântico, sintetizam o papel de Portugal na arquitectura das relações de poder à escala mundial. O que, de resto, coincide com a linha dominante que aponta para tornar igualmente necessário, no actual contexto de rápidas mudanças internacionais, acentuar em termos de política externa o reforço da individualidade europeia e o incremento da solidariedade atlântica.

Radicalidade europeia e posicionamento atlântico conferem a Portugal um papel específico no relacionamento com os Estados Unidos, papel que sublinha o carácter único dessa articulação. Para que uma maior multiplicação de potencial diplomático seja obtida através dessa ligação é, todavia, necessário, do lado americano, conferir valor acrescido ao factor português no processo peninsular e comunitário, bem como na cena internacional (pela projecção no espaço de língua portuguesa). E, do lado português, ultrapassar definitivamente o círculo vicioso da *subserviência-agressividade* que penosamente tem caracterizado alguns protagonistas do relacionamento imaturo entre um país como Portugal e a maior das potências. Todos os Estados europeus — e o exemplo é até mundial — competem duramente para obter uma relação activa com os Estados Unidos, mesmo quando a emulação euro-americana degenera na produção de retórica conflitual para efeitos de diplomacia pública. Portugal

não deve ser excepção quanto às vantagens de um país da Europa comunitária estruturar uma ligação especial e construtiva com os Estados Unidos.

À partida, nessa disputa, beneficia-nos a posição geográfica — que é a da maior proximidade. Mas não menos determinantes são os factores como a não-conflitualidade histórica, a relativa boa cotação de Portugal na escala de valores com que em Washington se ordenam aliados (pese embora algum melindre com o conflito do Golfo), a presença de comunidades laboriosas em solo norte-americano, a projecção do elemento linguístico em África e na América Latina. Tais vantagens, se valorizadas, potenciarão sempre resultados interessantes, mas, se recebidas como herança inerte, pouco ou nada representam. Há, por isso, que determinar *o que verdadeiramente queremos* da nossa relação especial com os Estados Unidos.

Na construção da nossa política externa norte-americana pesam fortemente elementos político-diplomáticos e esses, como sempre, dependem em grande parte de opções governativas e da sensibilidade profunda dos seus titulares. Mas não haja dúvidas de que, daqui até ao fim do século, nos devemos concentrar em *estimular e ampliar os pontos de contacto com a sociedade americana com maior efeito reprodutor no processo de desenvolvimento português.* A cooperação educacional terá no intercâmbio universitário, científico e técnico, domínios privilegiados, bem como a cooperação económica, em especial nas áreas do investimento e do comércio. A engenharia de produção e financeira, a gestão e o marketing, a proliferação dos serviços, justificam uma maior presença de bolseiros portugueses nos Estados Unidos e isso só será adequadamente rentável se o Estado e as empresas fizerem convergir esforços nesse sentido, à semelhança do que realizam, com enorme sucesso, outros países. As expectativas de intercâmbio não devem também ser frustradas no plano cultural e artístico, se atendermos à mundialização dos suportes materiais da informação e da comunicação e ao papel transnacional dos Estados Unidos na sociedade contemporânea.

A evolução do contexto internacional para um maior apaziguamento justifica plenamente um reexame das nossas relações de segurança com os Estados Unidos à luz da evolução da estratégia aliada e das opções defensivas de cada um dos parceiros. Fruto do desanuviamento, as relações euro-americanas vão sofrer uma acentuada modernização, nomeadamente a que decorre da construção de um pilar europeu no âmbito da própria NATO. A essa luz — e tendo também em vista uma reestruturação do modelo de trabalho estratégico na zona da Península Ibérica — urge fazer evoluir para um *novo tratado de cooperação, segurança e amizade* a proliferação de instrumentos diplomáticos que regulam o relacionamento bilateral em

esfera tão sensível, não o fazendo concentrar apenas na temática militar, sobretudo na mera concessão de facilidades logísticas aos trânsitos de forças norte-americanas por território português. A lógica de reivindicações sectoriais na maximização de ajudas e contrapartidas deve dar lugar a uma visão mais consistente e equilibrada dos interesses nacionais na definição de um novo conceito de segurança comum. Só quando a razão de Estado prevalecer sobre as razões dos grupos de pressão (corporativos ou regionais) que tendem a influenciar as decisões de política externa, o relacionamento de defesa e segurança entre Portugal e os Estados Unidos poderá vir a dar um contributo adicional significativo aos mecanismos de articulação em funcionamento permanente entre aliados (no contexto NATO). Trabalhar com vantagem mútua essa especificidade é um desafio estimulante à luz dos mais recentes desenvolvimentos mundiais, em que a diplomacia se sobrepõe ao conflito e a política à guerra.

Numa civilização caracterizada pelo peso da informática, das telecomunicações e do audiovisual, com uma velocidade de circulação de informações — e de capitais — muitíssimo superior à de pessoas e mercadorias, os Estados Unidos emergem como *país mundial*, de uma forma ou de outra presente em todo o lado e incorporando na sua economia e na sua sociedade a participação de todos. Nesse contexto, de absoluta inovação estratégica, saber gerir o relacionamento com a potência mundial dinâmica — com o país global — é a questão chave de qualquer diplomacia substantiva, sobretudo enquanto essa vitalidade persistir. Não o compreender será passar à margem do essencial num período de acentuada mudança e permanecer no mais anacrónico dos imobilismos perante o desafio do século. A integração de Portugal nas Comunidades Europeias deve, por isso, significar não *menos*, mas *cada vez melhor e mais exigente* relacionamento com os Estados Unidos da América.